

RESENHA: *A IMAGINAÇÃO ECONÔMICA, DE SYLVIA NASAR.*

Walter Marcos Knaesel Birkner¹

Em geral, há três tipos de pessoas, ao que corresponde uma trilogia opinativa: os pessimistas, os otimistas e os duros imparciais. Sem qualquer demérito ou julgamento, classifiquemos logo, no segundo grupo, a jornalista econômica e professora da Universidade Columbia, Sylvia Nasar. É autora de livro que inspirou o filme “Mente brilhante”, dirigido por Ron Howard. Seu mais recente livro *A imaginação econômica: gênios que criaram a economia moderna e mudaram a história*, Cia. Das Letras, 2012, tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura, faz uma bela retrospectiva histórica do pensamento econômico ocidental, desde a Revolução Industrial. O otimismo que lhe atribuímos é talvez incorreto, visto que seu livro é empiricamente amparado e suficientemente imparcial. Mas resplandece humanismo, isto é, crença no ser humano e demonstração de seus feitos. A narrativa é, ao mesmo tempo, jornalística, biográfica, sem prejuízo da análise econômica, e quase literariamente defensora do método científico. O livro apresenta cronologicamente o pensamento e a atuação políticos de um conjunto de personagens das teorias econômicas, alguns muito conhecidos, outros pouco lembrados, incluindo algumas valorosas mulheres. A tônica geral da obra reside na contribuição investigativa de certos economistas e sua crença inabalável na condição humana de superar problemas. O efeito mais notável do seu trabalho reside na confrontação entre as conclusões oriundas do pessimismo dedutivo e as constatações derivadas da investigação empírica acerca das características do capitalismo. É o que há de novo na historiografia econômica, mas nem todos apreciarão suas conclusões.

Com a tarefa de descrever o cenário de 170 anos de capitalismo, Sylvia Nasar divide a sua narrativa em três atos, como ela literalmente intitula os capítulos. Esperança, Temor e Confiança, assim Ela divide sequencialmente sua grande peça. Seu livro contextualiza as condições da Inglaterra e de alguns personagens do pensamento econômico nascente, incluindo literários, além das condições de trabalhadores e capitalistas, desde os idos de 1840, até o limiar da eclosão da primeira grande guerra.

¹ Sociólogo, Professor da Universidade do Contestado – UNC.

Esse é o “primeiro ato”. O “segundo ato” apresenta os debates dos economistas e as intervenções governamentais durante o período das duas grandes guerras mundiais. O “terceiro ato” fala do contexto pós-guerra até os dias de hoje.

A descrição do ambiente econômico, político e social e intelectual do século XIX da Revolução Industrial é bastante ilustrativa. Naquele cenário londrino de meados do século XIX, as perspectivas de Malthus, Ricardo e Stuart Mill, além do imigrante alemão K. Marx e do amigo Engels, eram de que o capitalismo não teria vida longa. De uma maneira geral, os pessimistas percebiam muito bem as condições sociais adversas em que viviam os trabalhadores e suas famílias na periferia de Londres, economicamente a cidade mais dinâmica do século XIX. Não obstante, essa era também a preocupação de outros observadores, não exatamente convencidos das previsões mais alarmadas de Malthus e Marx. O primeiro, como sabemos, alertava sobre a impossibilidade do bem estar geral em função de uma relação desproporcional entre crescimento da população e capacidade de atendimento às suas demandas mais básicas. Thomas R. Malthus foi autor de dois “Ensaio sobre os princípios da população”, onde externa essa preocupação. Além disso, publicou “Princípios de economia política” e “Definições em economia política”. Morreu em 1834, deixando como herança a influência de suas ideias nas formulações de economistas como David Ricardo e Stuart Mill, além do biólogo Charles Darwin.

O cenário londrino de crescimento populacional e empobrecimento dos trabalhadores parecia confirmar a tese malthusiana. Uma ideia sobre essa época e lugar pode se ter através da literatura de Charles Dickens, em “Oliver Twist”, obra que foi para o cinema, contemporânea e do gênero de “As aventuras de Tom Sawyer”, de Mark Twain, que inspirou a excepcional banda canadense Rush em música homônima. O ambiente londrino das fábricas e a vida dos trabalhadores foi dramaticamente relatado e acidamente analisado por Marx. Lembro-me de ler as descrições dos ambientes nas fábricas inglesas em “O capital”, sobre a excessiva carga de trabalho e o trabalho infantil. Pode se deduzir, nesse particular, que Marx alguma vez os presenciou. No entanto, as suas conclusões acerca do que fazer são amplamente conhecidas. Ora, para o filósofo alemão, as contradições do capitalismo, inerentes às relações entre o capital e o trabalho, agudizariam as condições de pobreza e sofrimento da maioria. Nessa direção, o fim da economia capitalista seria uma questão de tempo.

Entretanto, “o mundo não funcionava como Ele e Engels imaginavam”, lembra Sylvia Nasar. A classe média, adverte, estava crescendo, ampliando sua renda, e não desaparecendo (NASAR, 2012: 56). Nessa perspectiva, a autora descreve Marx como um pensador profundo, porém completamente dedutivo e irredutível nas suas afirmações, conquanto a realidade à sua volta estivesse demonstrando, lentamente,

sinais que contradiziam suas previsões. Segundo Nasar, Marx “nunca se deu ao trabalho de aprender o inglês”. Em “Essays in persuasion”, o economista mais influente do século XX, John Maynard Keynes, afirmou que “Das kapital” não passava de um livro “obsoleto (...) e cientificamente errôneo” (Ib.:64). Ainda nessa direção, o livro faz observar que os trabalhadores alemães em Londres eram, assim como seus mentores Marx e Engels, comunistas, enquanto os trabalhadores ingleses eram socialistas e não queriam uma revolução. Queriam sim a inclusão e as sucessivas décadas da segunda metade do XIX começaram a revelar que isso era possível.

Nessa direção, a contribuição analítica mais sobressalente de “A imaginação econômica” está na primeira parte, leia-se, primeiro ato. É que o livro mostra que à revelia das teses dos economistas políticos da “ciência maldita”, os salários começaram a se elevar na Inglaterra. Além disso, a sensação de aumento da pobreza estava relacionada ao fato de que o crescimento das cidades industriais acontecia num ritmo mais lento do que o crescimento populacional. Isso acontecia pela simples razão de que camponeses chegavam diariamente a Londres e Manchester, atraídos pelo encanto, não somente econômico, de um mundo novo que respondesse à ausência de perspectivas da rude vida campesina. Era uma questão de tempo, algo bastante simples de entender, mas difícil de admitir por parte dos céticos teóricos que já tinham renunciado o futuro e decidido o que fazer dele, a revelia dos acontecimentos e das vontades alheias.

Todavia, “A imaginação...” revela que na esteira desse pessimismo havia gente como Beatrice Porter, influenciada por um amigo de seu pai, chamado Herbert Spencer, um otimista liberal e evolucionista, crente na capacidade humana de resolver problemas. A entrada em cena dessa e de outras personagens no livro demonstra o objetivo de Sylvia Nasar em mostrar a importância que algumas mulheres tiveram na constituição do pensamento econômico e do ativismo social. Há uma frase interessante de Nasar, referindo-se à formação de Beatrice, casada Webb, de que por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher, e que por trás delas há sempre um grande pai. Beatrice era uma daquelas jovens bem educadas e de formação liberal que apostaram na inteligência e estiveram na vanguarda do seu tempo. Sua preocupação com as condições de vida das famílias de trabalhadores na periferia londrina a levou a fazer algo que os economistas políticos até agora mencionados não tinham o hábito de fazer: investigou empiricamente a situação daquela gente. Foi às casas e às fábricas, tendo constatado muito do que já se dizia, mas também identificado aspectos da realidade que os respeitados teóricos ignoravam. Beatrice fez pesquisa, produziu seu importante “Minority Report”, depois “Industrial democracy”, fez trabalhos de assistência social e foi precursora, segundo Nasar, na defesa do Welfare State.

Nessa exata perspectiva, entra em cena outro grande personagem do pensamento econômico. Trata-se de Alfred Marshall. Há dois aspectos na presença desse economista, dignos de nota, e que coincidem com a menção a Beatrice. Marshall, assim como Ela, foi pesquisar a realidade das organizações capitalistas. Entrevistou proprietários, administradores e trabalhadores. Obteve informações que os teóricos dedutivos não tinham e chegou facilmente a conclusões que aqueles não chegaram. E a razão é simples: Marshall seguiu o preceito da ciência moderna, qual seja, o do método indutivo, da investigação empírica da realidade, o que lhe permitiu enxergar regularidades, elemento indispensável à formulação de generalizações de validade científica. E o que Marshall constatou? Que, ao contrário do pessimismo dos dedutivos, a situação dos trabalhadores na indústria inglesa não piorava. Ela melhorava, estando relacionada ao aumento da produtividade. A produtividade, a sua vez, permitia o aumento dos rendimentos. E qual o fator de aumento da produtividade? A instrução.

As pesquisas de Marshall foram esclarecedoras no sentido de relacionar a pobreza com os baixos salários, absolutamente óbvio, mas também demonstrou que os baixos salários estavam relacionados à baixa instrução, e não à lógica inerente ao capitalismo. Além disso, constatou que os salários aumentavam na medida do aumento da instrução, já que o capitalista percebia que poderia ampliar seus lucros com aumento da produtividade, o que dependia de instrução. Sendo uma constatação lógica e irrefutável, isso levava o capitalista a compreender que se quisesse aumentar a sua produtividade, seria levado a aumentar salários para manter empregados responsáveis pelo aumento de produtividade. Era simples. Marshall percebia que não apenas a oferta de mão de obra determinava salários, mas também a demanda por mão de obra mais produtiva. Quanto maior a qualificação, maiores eram os salários, relacionados à maior produtividade. “A imaginação...” destaca Marshall como alguém que “era por demais cientista para teorizar sem verificar os fatos ou confiar em descrições de segunda mão” (Ib.: 98). Numa comparação com Marx e Engels, enquanto estes viam na divisão social do trabalho a alienação, Marshall sugeria que quanto mais ela se aperfeiçoasse, mais instrução, produtividade e aumentos salariais seriam inevitáveis.

Há uma passagem, entre as páginas 79-80, reveladora do engajamento de Marshall. Ele fazia trabalhos voluntários, sobretudo palestras, porque insistia, como pôde comprová-lo, que a instrução da sociedade era a solução de todos os problemas. “Educação: arma contra a injustiça social”. Então, numa dessas suas palestras, a senhoras e senhoritas da classe média londrina emergente, Ele teve uma sinapse. Incomodado com o fato de que algumas mulheres tricotavam enquanto falava, Marshall teria disparado a proposta de que as mulheres parassem de tricotar e passassem a fazer duas coisas úteis na vida: a primeira, que se envolvessem em trabalhos de assistência

social; a segunda, que lecionassem para trabalhadores, suas esposas e crianças, ao mesmo tempo em que isso lhes poria a par da realidade nacional. Isso ajudou a conferir um senso de utilidade às mulheres e ajudou a libertá-las de convenções pouco úteis. Mais do que isso, potencializou o desenvolvimento da Inglaterra. A mesma percepção, podemos obtê-la na leitura do clássico “Democracia na América”, de Tocqueville, em que o pensador francês oitocentista demonstra claramente que a valorização e a instrução das mulheres potencializam política e economicamente o desenvolvimento de um país. Quanto maior a instrução, maior a produtividade, tendo como consequência o crescimento e a reprodução do ciclo.

Portanto, o livro de Sylvia Nasar é simplesmente esclarecedor sobre o que aconteceu com a economia inglesa a partir da segunda metade do século XIX, tornando o país o grande líder da economia mundial até a eclosão da Primeira Grande Guerra. A Inglaterra, assim como os EUA, apostou nas liberdades individuais e na instrução para resolver os seus problemas sociais. Não havia porque condenar o capitalismo. A solução estava na educação. Nessa direção, vale uma rápida lembrança do livro intitulado “O novo capitalismo”, do sociólogo norte-americano Richard Sennet que, a propósito, passou pelo menos uma década investigando as relações entre capital e trabalho no Reino Unido. Há três fatores que o contemporâneo Sennet aponta como explicativos à sobrevivência do capitalismo no século XIX. Os três convergem para os apontamentos de “A imaginação econômica”. Assim, logo nas primeiras páginas, o sociólogo contextualiza o capitalismo novecentista, reconhecendo que o principal problema da economia ocidental naquele século era a instabilidade. Negócios mal sucedidos, falências, desemprego, inflação e deflação, crises cíclicas e aspectos do gênero, a justificar as queixas e previsões mais pessimistas dos economistas políticos. Então, Sennet observa que os capitalistas tomaram, progressivamente, o modelo burocrático do imbatível exército prussiano, aplicando-o nas empresas, o que teria permitido maior previsibilidade e menos desequilíbrios. A grande vantagem do modelo burocrático do exército prussiano seria a sua divisão hierárquica do trabalho em funções que permitiam a cada integrante a precisa consciência de sua utilidade para o funcionamento do todo. Sim, não há como negar, trata-se de uma típica definição funcionalista, no linguajar sociológico. Nessa organização prussiana, logo transposta para outras esferas da sociedade, segundo Sennet, todos sabiam exatamente o que fazer. Não obstante, sentiam-se úteis e responsáveis por suas funções, sendo esta uma vantagem psicológica, causadora de um senso de utilidade social, produtor de auto-estima e sentimento de segurança. É que a preocupação de Sennet no livro que mencionamos tem a ver justamente com o sentimento de inutilidade provocado pelo modo de organização da economia globalizada que, segundo Ele, seria responsável

pelas sensações de insegurança e vazio de muitos indivíduos na sociedade contemporânea. E essa insegurança e “vazio” Sennet compara às condições dos indivíduos no capitalismo do século XIX, antes da progressiva incorporação do modelo burocrático que tornou o capitalismo menos instável e conferiu progressiva segurança e estabilidade aos indivíduos. De sobra, tornou as pessoas mais confiantes na possibilidade de inserção e êxito e, assim, aumentou a adesão ao capitalismo. Esse sentimento de utilidade, se Sylvia Nasar não associou à burocracia prussiana, o percebeu no engajamento da mulher inglesa na ordem social do século XIX.

Não obstante, ao modelo burocrático estava associado outro elemento: a instrução. Nessa perspectiva, Nasar e Sennet atribuem a mesma explicação ao sucesso da Inglaterra. Foi o aumento da educação, e o reconhecimento do Estado inglês acerca do seu papel nesse processo, que alavancou a produtividade e fez da Inglaterra um país rico. Em defesa da instrução e da educação formal estiveram insistentemente pensadores e ativistas como Alfred Marshall, Beatrice Porter Webb, seu marido Sidney Webb, Charles Booth, Irving Fisher, entre outros. E some-se a esse engajamento o fato de que estes mencionados personagens pesquisaram empiricamente a realidade, tendo constatado aquilo que passaram a advogar. Um terceiro aspecto, defendido por pesquisadores ativistas como Beatrice, a quem Sylvia Nasar responsabiliza como precursora do Welfare State, é justamente a defesa da intervenção do Estado. Nesse sentido, Nasar faz justiça a liberais como os acima mencionados, que demonstraram a sua compreensão acerca dos limites da mão invisível. Liberais, como se disse, eles deram um passo à frente em relação a liberais darwinistas, crentes nos preceitos da seleção natural. Estes últimos, em geral, incluindo socialistas, estavam presos à ideia da competição selvagem da economia capitalista. Naturalmente, enquanto os liberais defendiam a livre competição, numa espécie de resignação às leis da natureza, os socialistas pregavam o fim das leis de mercado e a supremacia da classe trabalhadora na ardorosa luta pela vida. Diferente deles, o economista norte-americano Irving Fisher percebia, como o inglês Alfred Marshall, a crescente cooperação e interdependência entre os indivíduos, fator explicativo da capacidade de superação do capitalismo às suas próprias “contradições”. A propósito, Durkheim percebeu isso na divisão do trabalho social.

Nessa direção de um reconhecimento dos limites das liberdades de mercado e da conseqüente necessidade de uma “mão visível” do Estado, progressivamente se criaram leis de proteção. Não obstante, a contribuição aparentemente mais notável na leitura de “A imaginação econômica” é a constatação da relação entre a expansão da classe média com o aumento salarial, por sua vez relacionado a aumentos de produtividade, ocasionados principalmente por maior instrução. Joseph Schumpeter,

darwinista não determinista e talvez o maior teórico do desenvolvimento econômico, não tinha dúvidas quanto a isso. Conterrâneo de Von Mises e Hayek, o economista austríaco se perguntava se “não seria irônico, enquanto a mudança é constante nos tempos modernos, a teoria econômica ignorava esse processo (a exemplo do marxismo) em que a economia se tornava mais produtiva, especializada e complexa? (NASAR, 2012: 197)”. Segundo Nasar, as teorias econômicas em geral eram muito estáticas, antes que Schumpeter tivesse oferecido ao mundo uma teoria do desenvolvimento econômico. Assim, do mesmo modo inovador que Darwin abandonou a biologia tradicional em favor do evolucionismo, Schumpeter substituiu a estática presunçosa das formulações teóricas do século XIX pela dinâmica do mundo real.

Schumpeter, assim como Keynes e Hayek, era defensor contumaz da educação, relacionando-a a aumentos de produtividade. Tendo estudado a evolução da economia estadunidense ao longo do século XIX até o seguinte, tinha elementos estatísticos para atestar sobre a necessidade de investimentos, sobretudo estatais, na educação e sua relação com a produtividade. Nas suas palavras, além do acesso a crédito, o desenvolvimento era o resultado de “qualificações e homens excepcionais (Ib.: 211)”. Diferentemente da escola histórica alemã, que estreitava a explicação do desenvolvimento a condições culturais, Schumpeter, assim como Marshall e Keynes, defendia, e procurou demonstrá-lo, que consideradas as condições objetivas para o desenvolvimento, ele se aplicaria em qualquer lugar. Para Sylvia Nasar, pareceu uma visão um tanto otimista. No entanto, as condições que Schumpeter indicava dependiam do esforço institucional de cada nação, valorizando as leis e a instrução, em detrimento das vantagens comparativas como os recursos naturais e a grande expansão geográfica, ambição dos regimes autoritários que Ele sempre criticava.

Finalmente, lembremos que “A imaginação econômica” procura demonstrar o papel influente que o economista inglês John Maynard Keynes teve na economia do capitalismo ocidental. Keynes é apresentado como um grande protagonista, ao mesmo tempo pensador econômico e ativista político, especulador no mercado financeiro e influente consultor em processos decisórios de muitos países, principalmente dos EUA. Mais que isso, Sylvia Nasar procura mostrar a influência que Keynes, mais que seus contemporâneos, teve em momentos de crise, sobretudo durante e depois das duas grandes guerras mundiais. Ele foi ao mesmo tempo um defensor das liberdades econômicas e um advogado da intervenção estatal na economia. Não que com isso tenha demonstrado incoerência. Sua defesa à intervenção sempre esteve associada à liberdade do mercado, da competição, bem como do concomitante reconhecimento de que isso só era possível através das ações de governos atentos. Contrário, ao *laissez faire* e, portanto, à ideia de que com o tempo tudo se ajeitaria, dizia que “a longo prazo

todos estaremos mortos (Ib.: 308)”. Nessa direção, cobrava dos economistas a regularidade e previsibilidade que somente as intervenções governamentais poderiam garantir, por exemplo, combatendo a inflação ou a deflação das economias nacionais. O sentido da frase é que, ao contrário do *laissez faire*, sempre é necessário e possível fazer algo.

Mas é preciso relembrar: trata-se de um economista liberal. Perguntado uma vez sobre o relativo êxito de economias fechadas como a do regime soviético, respondeu com outra pergunta: “como posso acreditar (num regime) que, prefere a lama à limpeza, exalta o grosseiro proletariado acima do burguês e da intelligentsia, os quais, sejam quais forem seus defeitos, são o que a vida tem de mais qualificado e certamente contêm as sementes de todo o progresso humano? (Ib.:312)”. Contudo, distante da ortodoxia liberal economicista, Keynes decretaria, mais tarde, numa palestra em Berlim, “o fim do *laissez faire*”. Com Keynes, segundo Sylvia Nasar, aprendemos que o problema do capitalismo não seria o da desigualdade, mas o da instabilidade. Era a sua obsessão, porque sabia que a estabilidade prolongada gerava inclusão. Não acreditava na luta de classes. Procurava mostrar que as crises econômicas não são inevitáveis, dependendo de atenta fiscalização e intervenção estatal, não de forma sistemática, mas quando necessária. Afirmava que as crises econômicas são resultado de falhas políticas, humanas, portanto, na mesma direção em que a Presidente Dilma Roussef foi peremptória ao recusar as explicações sobre os apagões de energia no Brasil, em 2012. Permita-me o leitor o interregno: segundo as explicações de técnicos do setor, as quedas de energia teriam sido provocadas por raios. Para a Presidente Dilma Roussef, “foi falha humana”.

Na linha das políticas keynesianas, isto é, da mão visível do Estado, temos ainda o economista Paul Samuelson, para quem “as complexas condições da vida econômica (do seu tempo) precisam de coordenação e planejamento social”. E acrescenta, em seguida, afirmando que “o homem moderno já não é capaz de acreditar que o governo governa melhor quando governa o mínimo (Ib.: 454)”. Nesse direção, mesmo não ignorando as advertências e influências de Milton Friedman no pensamento econômico e em decisões governamentais, Sylvia Nasar destaca a crescente onda intervencionista que marcará a economia ocidental, alastrando a força do pensamento keynesiano, no que economistas como Samuelson foram responsáveis. Naturalmente, essa inclinação do Estado ocidental ao *welfare state* acontece concomitantemente às discussões entre os modelos econômicos ocidental e soviético. Há passagens interessantes no livro que apontam o entusiasmo de alguns economistas europeus com os aparentes resultados de Stálin. Nasar também faz menção ao depoimento de Harold Laski, cientista político marxista, e membro do Partido Trabalhista inglês, contra os comunistas do seu partido

e o regime soviético. As discussões sobre os prós e contras do planejamento estatal e da administração estatal de certas empresas produziram importantes debates até que o Plano Marshall fosse aprovado e materializasse as principais teses intervencionistas de Keynes. Não obstante, por mais que os seguidores de Marx e Engels apontassem a pobreza como uma era condição criada pelo capitalismo, os leitores de Marshall, Fischer, Schumpeter, Von Mises, Hayek e Keynes diziam que ela já existia antes. Suas causas não estariam, portanto, relacionadas à falta de recursos ou a distribuição desigual destes, e sim, à incapacidade de usa-los adequadamente. Tratava-se do embate teórico ou ideológico, persistente até hoje em certos ambientes acadêmicos, entre a pobreza como efeito do sistema econômico do Ocidente ou como efeito da resistência de instituições culturais e legais em certas sociedades.

Já lá pelas últimas 30 páginas do livro, Sylvia Nasar compara as condições da China e da Índia na década de 1940 com as da Inglaterra de um século antes. Era um tipo de comparação bastante frequente em meados do século XX e tinha a finalidade de discutir as possibilidades de crescimento econômico de países atrasados. Economistas como a keynesiana Joan Robinson, integrante do Partido Trabalhista inglês e pró-soviética, apostavam no planejamento central. Enquanto isso, o economista schumpeteriano Robert Sollow, amigo de Kenneth Arrow, demonstrava com dados sobre a produtividade norte-americana que a chave estava na capacidade de inovar tecnologicamente. Não se tratava de medir as riquezas de um país, mas de saber o que esse país fazia com essa riqueza. Não havia segredo: instrução, inovação tecnológica e aumento da produtividade.

O último pensador econômico a quem Nasar confere destaque é o bengalês Amartya Sen, defensor, desde a década de 50, de que democracia e bem estar podem andar juntos. Nessa direção, o economista escreve um artigo bastante importante sobre o pensamento de Vilfredo Pareto. Ao criticar o sociólogo italiano, Sen questiona sua máxima novecentista e resistente ao tempo, segundo a qual “não (seria) mais possível melhorar a vida de alguém sem piorar a de outrem” (NASAR, 2012: 491). Foi um trabalho de advogado do Diabo. Segundo Nasar, a partir da contribuição de Amartya Sen, muitos economistas contemporâneos passaram a calcular o PIB de modo mais “circunspeto”, associando-o ao bem estar. Nessa direção, Sen teria contribuído decisivamente para a formulação do índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, sobretudo insistindo na tese das capacidades individuais como a principal dimensão para a solução de problemas sociais e para o combate às desigualdades no mundo. Nisso, podemos supor, reside uma contribuição ao pensamento econômico contemporâneo, manifestado na formulação de políticas públicas. Aproximando a filosofia oriental à racionalidade do Ocidente, Amartya Sen ajudou a superar impasses

entre a assistência paternalista e o liberalismo reducionista da não intervenção. Não descartou a atenção do Estado, tampouco, porém, negligenciou o esforço individual, a aposta nos indivíduos. Suas preocupações com a Índia o levaram a comparações insistentes com a China. Partindo de situações muito semelhantes na década de 1940, esses países trilharam caminhos diferentes a partir de então. E, apesar de não defender o autoritarismo chinês, reconheceu que o maior diferencial da China se verificava, como hoje, na alfabetização dos jovens. Educação, aposta no ser humano, sempre a mesma resposta, a mesma solução.

Se atentarmos às discussões contemporâneas quanto aos desafios de economias emergentes como a do Brasil, as análises gerais concluem para a mesma direção. O clamor de analistas sejam sociólogos, economistas, consultores empresariais, agentes produtivos, imprensa e governos, são o mesmo: o Brasil precisa aumentar seus índices de produtividade, o que requer a surrada constatação sobre os investimentos em educação. Recentes comparações entre Brasil e China demonstram um dado interessante, qual seja o de que 74% do crescimento brasileiro entre 2001 e 2010 se deveu a incorporação de mão de obra ociosa ao mercado, em função do aquecimento econômico nacional. Os restantes 26% são o resultado de aumento de produtividade. No caso chinês, inversamente, 93% do crescimento se deve ao aumento de produtividade (Exame, 3/10/2012, mencionando estudo do Boston Consulting Group).

Dados assim podem parecer insuficientes, mas reforçam a principal tônica do livro de Sylvia Nasar: o de que os problemas sociais e econômicos dos países, regiões, territórios e cidades são possíveis de serem superados. É preciso quebrar preconceitos e deduções sisudas sobre a economia de mercado, intensificar esforços para o aumento da produtividade, garantir as condições de liberdade individual e propriedade e investir pesado e desde cedo na instrução dos indivíduos. É o consenso e a aposta histórica das nações bem sucedidas. Nessa direção, nada é novidade às lideranças mais esclarecidas, desde intelectuais, educadores, economistas e outros agentes culturais, econômicos e políticos de qualquer país. Sobre os políticos recaem muitas acusações. Mas “A imaginação econômica...” de Sylvia Nasar demonstra como certas concepções ideologizadas na economia dificultaram algumas trajetórias. Todavia, mais importante é perceber, com o auxílio da autora, que os insistentes debates teóricos produziram sinapses e grandes decisões governamentais. E, nessa direção, a percepção complementar é que, apesar das insuficiências e do olhar vigilante dos críticos mais severos, as condições materiais de vida de três quartos das nações do Planeta melhoraram e o debate econômico foi criativo para a produção de soluções.

Vale insistir, como faz Nasar nas últimas páginas de sua importante retrospectiva, no reconhecimento do esforço de inúmeros pensadores econômicos dos

séculos XIX e XX. Sobretudo, admita-se o esforço investigativo e empírico dos que, na condição de pesquisadores, demonstraram que a “inteligência econômica” de nações e indivíduos livres e instruídos produziu muito mais riqueza do que a imensidão de territórios, populações e volume de recursos naturais. Aprendemos muito pensando e pesquisando. Nesses dois séculos precedentes, muitas das ideias que teóricos e governos tiveram sobre a economia seriam consideradas ingênuas por qualquer calouro de graduação. Mas essa evolução do conhecimento sobre a economia não se atribua a um simples processo de ensaio e erro. Estaríamos errando hoje, não fosse o esforço reflexivo e investigativo, sobretudo empírico, dos economistas e suas teorias. Ainda erramos muito, sobretudo pela teimosia de ignorá-las. Às vezes são bastante simples, mas nossas instituições, formais e informais, além de ideologias e interesses inconfessados as represam. De todo modo, o esforço lógico e investigativo nos trouxe, seres humanos, até aqui. E na economia, não foi diferente. Mesmo a crise de 2008, com sequelas importantes cinco anos depois, não abalou, como em décadas passadas, a confiança dos agentes econômicos e políticos. Não houve, como nas piores crises econômicas dos séculos precedentes, as perdas irreparáveis de produtividade e de renda. Há um enorme estoque de conhecimento e uma vontade humana inédita, porque o aumento de instrução, os consequentes ganhos de produtividade e, lá na ponta, o aumento do bem estar de multidões, como no caso brasileiro, tornam grandes retrocessos menos prováveis e a vontade dos indivíduos mais confiante. É a impressão que a leitura de “A imaginação econômica” proporciona, ainda que não agrade aos mais sisudos.

Notas sobre a tradução: na página 341, onde se lê 1921, leia-se 1931; na página 385, onde se lê bases americanas, leiam-se bases alemãs; e, em algum ponto, onde se lê hausfraus, leia-se hausfrauen.